



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 264/2013

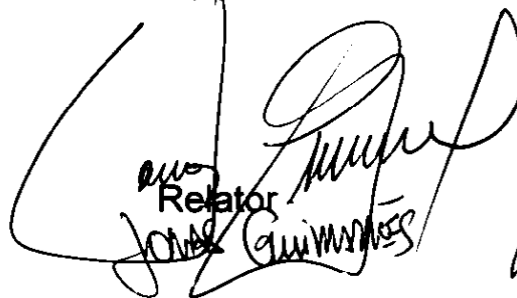
Declara de Utilidade Pública a
Associação dos Agricultores de
Guaíaca, com sede e foro no
Município de São João do
Triunfo.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Guaíaca, com sede e foro no Município de São João do Triunfo.

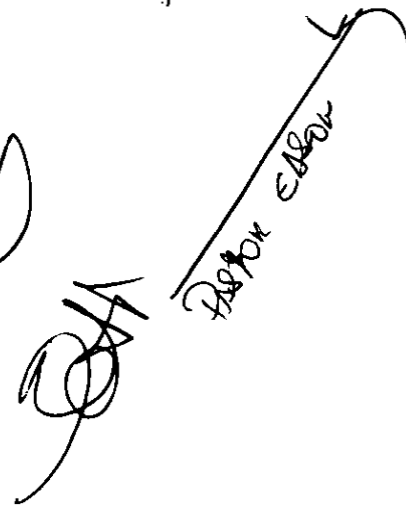
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator
JONAS GUIMARÃES


Rose


Pastor Ezequiel



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 328/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, de parte de imóvel de sua propriedade, descrito na Transcrição nº 12.326 do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, constituído de duas áreas com as seguintes características:

Área 1 - Parte do Lote N1 com área de 10.560,00 m², medindo 88,00 metros de frente para a Rua Paulo Turkiewicz; 88,00 metros de fundos com a Unibrasil; 120,00 metros na lateral direita confrontando com área remanescente do Lote N1 (destinado à construção do IML) e finalizando com 120,00 metros na lateral esquerda confrontando com o Lote N2.

Área 2 - Parte do Lote N2 com área de 8.820,00 m², medindo 88,00 metros de frente para a Rua Paulo Turkiewicz, 120,00 metros confrontando com o Lote N1 pelo lado direito, 59,00 metros de fundos com terreno da Unibrasil e finalizando pela lateral esquerda com a Rua Projetada (Nicolau Lange) em 3 segmentos de 20,00 metros, 85,09 metros e finalmente 20,00 metros.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pela Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

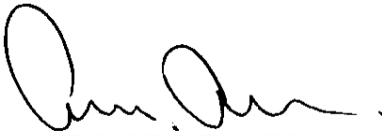
Art. 3º Todas as providências decorrentes do desmembramento, tais como medições, levantamento topográfico, abertura de novas matrículas, ficarão sob a

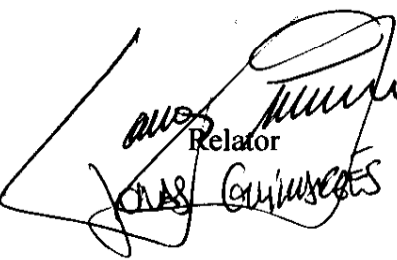
responsabilidade da Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE.

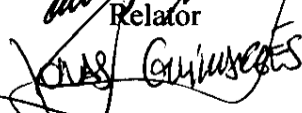
Art. 4º Fica revogada a Lei Estadual nº 15.334, de 20 de dezembro de 2006.


Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 03 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Jonas Guimarães


Riva


Pastor



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI 146/2013

Súmula: Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo único. O Programa será administrado pela Fomento Paraná, gestora dos Ativos, em conformidade com o que estabelece o artigo 1º, do Decreto Estadual nº 3.764, de 23 de março de 2001.

Art. 2º O ingresso no programa dar-se-á por opção do devedor principal, devedor solidário ou assuntor, que fará *jus* a regime especial de consolidação, quitação e parcelamento dos débitos.

Art. 3º Os contratos serão recalculados a partir da liberação original dos recursos, excluindo-se todo e qualquer aditamento já formalizado, bem como quaisquer penalidades e ou encargos acessórios, adotando-se como parâmetro de atualização das dívidas, correção monetária pela TAXA REFERENCIAL – TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, deduzindo-se os pagamentos efetuados, passando a ser este o valor devido.

Art. 4º O valor a ser firmado no instrumento de repactuação, se deferida a renegociação nos termos da presente lei, deverá ser atualizado pelos encargos previstos nesta lei, até a data da respectiva formalização.

Art. 5º Para os contratos enquadrados em programas com normas específicas estabelecidas por Órgãos Federais, serão respeitadas as condições de prazos, encargos e demais condições por elas fixadas.

Art. 6º Excetua-se dos critérios de recálculo estabelecidos no artigo 3º, as dívidas de responsabilidade de pessoas físicas, na condição de produtores rurais, decorrentes de aquisição de tratores, máquinas, equipamentos e implementos



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

agrícolas, ou de responsabilidade de transportadores, pessoa física e jurídica, decorrente de aquisição de caminhões, equipamentos e implementos rodoviários, as quais serão apuradas mediante avaliação genérica do bem originalmente financiado, fornecida por fabricante ou revendedor autorizado, a qual terá validação por engenheiro do quadro da Fomento Paraná e/ou profissional credenciado.

Art. 7º Os mutuários cujos contratos apresentarem valor nominal atualizado ou recalculado, na forma do artigo 3º, igual ou inferior a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), na data da edição desta lei, estarão dispensados do pagamento da integralidade da dívida.

Art. 8º O saldo devedor recalculado e consolidado, nos termos dos artigos 3º e 6º, deverá ser amortizado em parcelas mensais e sucessivas, no prazo máximo de até 20 (vinte) anos contados a partir da data da aprovação da proposta, cabendo ao Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, a concessão ou não de prazo de carência para início de pagamento.

Parágrafo único. O optante que comprovar a sazonalidade de sua atividade econômica, poderá solicitar forma de pagamento diversa da mensal, respeitando-se o prazo máximo de 20 (vinte) anos, devendo no mínimo, ser estabelecida a obrigação de pagamento de ao menos 1 (uma) parcela anual.

Art. 9º Os devedores que queiram liquidar sua dívida à vista farão *jus* ao desconto de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o valor recalculado nos termos dos artigos 3º e 6º.

Art. 10. Caso o devedor opte pelo parcelamento de seu débito, fará *jus* a descontos progressivos do seu saldo devedor, recalculado nos termos dos artigos 3º e 6º, nos seguintes percentuais:

I - Entre 2 (duas) e 12 (doze) parcelas mensais, desconto de 40% (quarenta por cento).

II - Entre 13 (treze) e 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, desconto de 35% (trinta e cinco por cento).

III - Entre 25 (vinte e cinco) e 36 (trinta e seis) parcelas mensais, desconto de 30% (trinta por cento).

IV - Entre 37 (trinta e sete) e 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, desconto de 25% (vinte e cinco por cento).

V - Entre 49 (quarenta e nove) e 60 (sessenta) parcelas mensais, desconto de 20% (vinte por cento).

VI - Entre 61 (sessenta e uma) e 72 (setenta e duas) parcelas mensais, desconto de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

10% (dez por cento).

VII - Acima de 72 (setenta e duas) parcelas mensais, não será concedido desconto.

Art. 11. A competência para deferir dispensa, liquidação integral e parcelamento de dívida de operações que não sejam objeto de demanda judicial, é do Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná.

§ 1º No caso de operações já ajuizadas, após a deliberação do Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, o processo deverá ser encaminhado ao Conselho superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná para deliberação final.

§ 2º A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento dos honorários advocatícios, limitados a 4% (quatro por cento) sobre os valores renegociados, os quais poderão ser parcelados a critério do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 12. A adesão ao Programa de Recuperação de Ativos estabelecido na presente lei, implicará na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, além de renúncia a qualquer defesa ou recurso, administrativo ou judicial, em relação aos contratos repactuados.

Art. 13. O inadimplemento de qualquer uma das parcelas estabelecidas na repactuação, superior a 60 (sessenta) dias, implicará na imediata revogação dos benefícios, independentemente de qualquer comunicação ou notificação, com o retorno do débito ao seu valor original, retomando-se os encargos previstos no contrato originário, ficando o devedor automaticamente impedido de fazer novo pedido de repactuação com base na presente lei.

Art. 14. Fica autorizada a quitação e extinção de créditos de que é titular o Estado do Paraná, decorrentes do processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S/A, total ou parcialmente, recalculados nos termos dos artigos 3º e 6º, mediante Dação em Pagamento de Bens Imóveis.

Art. 15. São exigências mínimas para que sejam aceitos bens em dação em pagamento:

I - o imóvel oferecido esteja localizado no território do Estado do Paraná;

II - não existam ônus sobre o imóvel, exceto de garantias ou penhoras estabelecidas em favor do Estado do Paraná ou do Banestado enquanto ainda titular do crédito;

III - o devedor esteja na posse de fato do imóvel, exceto aqueles de que o Estado do Paraná tenha a posse de fato;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV - seja efetuado à vista o pagamento do valor do crédito remanescente objeto da dação em pagamento;

V - seja efetuado o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos, estes limitados em 4% (quatro por cento) sobre o valor do crédito a ser quitado, bem como das custas judiciais, se for o caso, quando se tratar de crédito objeto de demanda judicial;

VI - seja apresentado termo de confissão de dívida e renúncia formal a eventuais direitos demandados em juízo, assinado pelo devedor principal ou devedor solidário e, quando for o caso, por seu responsável legal;

VII - esteja o imóvel livre de passivos ambientais, bem como acompanhado de demonstração pelo órgão ambiental competente da inexistência de débitos.

VIII - seja o imóvel passível de divisão sem prejuízo do todo, quando for o caso;

IX - não se enquadrar no conceito de "bem de família" da Lei Federal n. 8.009 de 29 de março de 1990;

X - a comprovação de regularidade fiscal do bem perante as Fazendas Públicas da União, do Estado-membro e do Município em que situado o imóvel.

Art. 16. Além dos requisitos previstos no artigo 15 desta Lei, a aceitação de imóvel em dação em pagamento dependerá de:

I - análise do interesse e da viabilidade da aceitação do imóvel pela Agência de Fomento Paraná S/A;

II - avaliação técnica do imóvel, a ser custeada pelo interessado;

III - aprovação da dação em pagamento pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná;

IV - aprovação da dação em pagamento pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, quando se tratar de crédito objeto de demanda judicial;

V - lavratura da escritura de dação em pagamento e respectivo registro na matrícula.

Art. 17. O devedor que pretenda habilitar-se para dação em pagamento regulada por esta Lei deverá formalizar requerimento à Gerência de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos da Agência de Fomento do Paraná S/A, contendo, necessariamente, a indicação pormenorizada do bem objeto do pedido da dação em pagamento, sua localização, dimensões e confrontações, bem como cópia do título de propriedade e respectivos comprovantes da inexistência de débitos de quaisquer



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

natureza.

Parágrafo único. O pedido de dação em pagamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial que discuta o débito.

Art. 18. Os imóveis objetos de dação em pagamento deverão estar acompanhados de Laudo de Avaliação, emitido por profissional capacitado e credenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

§ 1º O avaliador deverá, obrigatoriamente, visitar o imóvel e instruir a avaliação técnica com fotografias atuais do bem.

§ 2º A avaliação técnica deverá conter relatório específico discriminando a efetiva situação do imóvel quanto a:

I – riscos aparentes de inundação, desmoronamento, perecimento ou deterioração;

II – ocupação da área do imóvel;

III – degradação ambiental por deposição de lixo ou resíduos químicos na área do imóvel ou em seu entorno;

IV - existência de ocupação no imóvel apta à provocar aquisição por prescrição aquisitiva em relação aos ocupantes;

V - quaisquer outras ocorrências que possam comprometer o aproveitamento do imóvel.

§ 3º A ocorrência de um ou mais fatores mencionados neste artigo influirá na definição do valor do imóvel, devendo ser devidamente sopesado na elaboração da avaliação técnica e só será aceito como Dação em Pagamento se houver o efetivo interesse do Estado no imóvel em questão.

Art. 19. Uma vez concluída a avaliação técnica, o devedor será intimado para manifestar sua concordância com o valor apurado, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da intimação:

I - Havendo discordância em relação ao valor apurado, o devedor poderá formular, em igual prazo, pedido de revisão da avaliação devidamente fundamentado, ouvindo-se novamente o responsável pela avaliação no prazo de quinze dias.

II - O silêncio do requerente será interpretado como concordância tácita e irrevogável em relação ao valor constante da avaliação.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 20. Após análise do pleito pela Gerência de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos e da avaliação referida o pleito será deliberado pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, a quem competirá a decisão pelo deferimento do pleito.

Parágrafo único. Quando o crédito for objeto de ação judicial, após deliberação do Comitê de Gestão e Controle o pleito será encaminhado à deliberação final pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 21. Na hipótese de o valor do bem aceito em dação em pagamento ser inferior ao débito, o saldo remanescente deverá ser quitado a vista e em moeda corrente.

Art. 22. Na hipótese de o valor do bem aceito em dação em pagamento ser superior ao débito, o devedor deverá expressamente renunciar ao direito de receber qualquer valor correspondente ao excedente.

Art. 23. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do interessado a respeito da deliberação regulada pelo artigo 20 desta Lei, e em hipótese de deferimento do pleito, deverá ser lavrada escritura pública de dação em pagamento, cabendo ao devedor a apresentação de todos os documentos e certidões indispensáveis ao aperfeiçoamento do ato.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido no *caput*, e antes da assinatura da escritura pública referida, deverá o devedor cumprir o disposto nos artigos 21 e 22 desta Lei, conforme o caso.

Art. 24. Após formalização do registro da escritura de dação em pagamento na matrícula do(s) imóvel(is) será providenciada a amortização do débito, sendo que o valor do crédito extinto será igual ao da avaliação, excetuando-se a hipótese do artigo 22 desta Lei, onde o valor do crédito extinto será aquele apurado conforme artigo 3º desta Lei, retroagindo seus efeitos à data da escritura de dação em pagamento.

Art. 25. A imissão na posse do(s) bem(ns) dado(s) em pagamento dar-se-á em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da assinatura da escritura pública, sob pena de desfazimento do negócio jurídico.

Art. 26. As despesas e tributos exigidos para a realização de instrumentos públicos, o registro e a imissão na posse do bem objeto da dação em pagamento serão de responsabilidade do devedor.

Art. 27. Após a formalização do registro da dação na matrícula do(s) imóvel(is), bem como da imissão na posse, o processo será imediatamente encaminhado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aos cuidados da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, para anotações de demais providências de controle do patrimônio público.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 28. Como forma de fomentar a economia paranaense, fica estabelecido que os recursos oriundos das recuperações dos Ativos previstos pelo Art. 1º desta lei, descontados os honorários devidos à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, serão assim destinados:

I – 90% (noventa por cento) serão integralizados junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado pela lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962, alterada pela lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967;

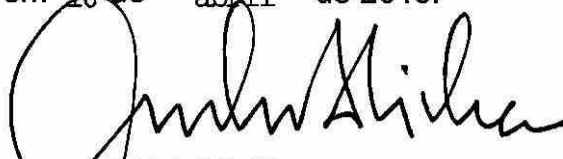
II – 10% (dez por cento) serão destinados à Fomento Paraná à título de adiantamento para futuro aumento de capital social.

Art. 29. Casos não previstos nesta lei serão apreciados e deliberados pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná.

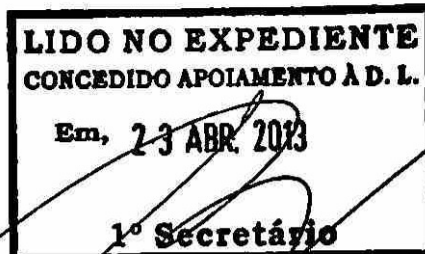
Art. 30. Ficam revogados o Decreto Estadual nº 3.398, de 23 de julho de 2004, as Leis Estaduais nºs 14.936, de 12 de dezembro de 2005, 14.937/2005, 15.943, de 03 de setembro de 2008 e 16.736, de 27 de dezembro de 2010.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 029 /2013

Curitiba, em 16 de abril de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 22/04/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

O presente Anteprojeto fixa regras e procedimentos para a recuperação de ativos oriundos do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A – BANESTADO.

Seu principal intuito é a uniformização de parâmetros para a quitação dos créditos pertencentes ao Estado do Paraná, eis que as regras atuais encontram-se esparsas em várias leis.

O Estado do Paraná, por intermédio da FOMENTO PARANÁ, gestora desses ativos, vem sendo confrontado com o constante desafio de análises casuísticas de propostas de renegociação, cujos resultados, pela confusão gerada pela existência de muitas leis tratando do mesmo tema, nem sempre tem se mostrado isonômicos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.723.384-7



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

É na correção de diversas distorções que se encontra a motivação do Anteprojeto de Lei ora encaminhado, aliada à necessidade de reversão da curva descendente do volume de renegociações que vem se observando nos últimos anos.

Para tanto, partiu-se do melhor benefício existente, contemplada na Lei 16.736/ 2010, a fim de estendê-lo a todos os devedores, de maneira isonômica e sem qualquer tipo de discriminação, sem a fixação de qualquer limite temporal, em respeito à realidade e à situação econômica de todos, independentemente da época em que vierem a aderir.

Saliente-se, ainda, que o presente Anteprojeto premia os bons pagadores, já que não os discrimina, permitindo que mutuários em situação de adimplência obtenham melhores condições para a quitação de seus débitos.

Finalmente, a presente medida prevê a destinação dos recursos recuperados à FOMENTO PARANÁ e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, de maneira a constituir um importante incentivo à economia paranaense, por intermédio da disponibilização de linhas de crédito com baixas taxas de juros.

Assim, por estabelecer critérios mais justos e isonômicos de maneira a beneficiar indistintamente os devedores da carteira dos ativos do BANEESTADO, ao mesmo tempo em que incentiva as renegociações aumentando o nível de recuperação dessa carteira, é que se encaminha a presente proposta para aprovação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/2013

Projeto de Lei nº. 146/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 029/2013

Súmula: Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

EMENTA: FAZENDA. INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. POSSIBILIDADE E LEGITIMIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER FAVORAVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria da Fazenda, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Por fim, não há nenhum óbice quanto a Lei Complementar Federal nº 101/2000; eis que o presente projeto visa exclusivamente receber os créditos pertencentes ao Banco do Estado do Paraná, portanto não irá acarretar em acréscimo de despesa.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei,
em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes
todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



APROVADO

30.04.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 029/13, que objetiva instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que, não acarreta acréscimo de despesa, pois somente busca receber os créditos pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S/A.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR






PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 029/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “ instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.”

A proposta encaminhada tem por finalidade fixar regras e procedimentos para a recuperação de ativos oriundos do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A - BANEESTADO.

O principal intuito é a uniformização de parâmetros para a quitação dos créditos pertencentes ao Estado do Paraná, eis que as regras atuais encontram-se esparsas em várias leis.

A presente medida prevê a destinação dos recursos recuperados à Fomento Paraná e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a qual disponibilizará linhas de crédito com baixas taxas de juros.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 — Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o ~~§ 4º, do artigo 33~~ do Regimento Interno, nosso parecer é favorável. *art. 33 - C. Vale a norma te.*

Sala de Reunião das Comissões, 20/05/2013.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. Pastor EDSON
RELATOR

DR. Batista

PEDRO LUPION

GILBERTO MARTIN

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 29/13, tem por finalidade instituir Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 2013.

Scanavaca

Nelson Garcia
DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

Alexandre Curi
Alexandre
CURI

Wilson Quinteiro
Relator
Wilson Quinteiro



PROJETO DE LEI Nº 245 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 JUN. 2013

1º Secretário

Altera a Lei Estadual n.º 16.252, de 28 de outubro de 2009, que declara de Utilidade Pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro.

Art. 1º O art. 1º, da Lei n.º 16.252, de 28 de outubro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, com sede e foro no Município de Marmeleiro.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 17.587/2013.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2013.


Rose “LITRO”
Deputada Estadual

14:56 18/06/2013 005416 MP ASSEMBLIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei é proposto uma vez que já existe a Lei nº 16.252/2009, que declarou de utilidade pública a entidade ora mencionada, a qual tinha sede no Município de Marmeireiro e foro no Município de Francisco Beltrão. Por este motivo, era necessária apenas a alteração de mencionada Lei, tendo em vista o advento da Lei nº 16.797/2011, que criou a Comarca de Marmeireiro.

Assim, deve, consequentemente, haver a revogação da Lei nº 17.587/2013, por não ter observado a técnica legislativa disciplinada na Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, conto com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2013.


Rose "LITRO"
Deputada Estadual



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Alterado Compilado Original

~~Lei 16252 - 28 de Outubro de 2009~~

Publicado no Diário Oficial nº. 8124 de 22 de Dezembro de 2009

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, com sede no Município de Marmeleiro e foro no Município de Francisco Beltrão.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 311/09:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, com sede no Município de Marmeleiro e foro no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 28 de outubro de 2009.

Nelson Justus
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



topo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 245/2013

Projeto de Lei nº. 245/2013
Autora: Deputada Rose Litro

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.252, de 28 de outubro de 2009, que declara de Utilidade Pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE FORO DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.252/2009 – ALTERAÇÃO DO FORO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, PARA FORO DO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Rose Litro, tem por objetivo alterar o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei nº 16.252/2009.

O projeto pretende modificar o foro da entidade declarada de utilidade pública, alterando o foro do município de Francisco Beltrão, para foro do Município de Marmeleiro, pelo fato de ter sido criada a comarca de Marmeleiro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que a nobre deputada detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, a presente Associação já é declarada de Utilidade Pública conforme a Lei nº 16.252/2009, vejamos:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, com sede no Município de Marmeleiro e foro no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 2013.

Carlo Quintana
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

Am. Amy
Dep. CURY

Dep. Fernando D.

Dep. Laurion

Dep. Troiano

Dep. Nereu

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/07/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Parlamentar DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 271 /2013

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 03 JUL. 2013

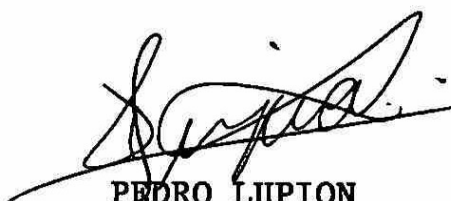
1º Secretário

Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA HOLANDESA com sede e foro no município de CURITIBA.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a 'ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA HOLANDESA' com sede e foro no município de CURITIBA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de julho de 2013.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

14:40 03/07/2013 005817 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA HOLANDESA foi instituída no dia 27 de março de 1953, conforme se verifica no incluso Estatuto, bem como cadastrada no CNPJ no ano de 1977 sob o nº 76.607.597/0001-07, o que por si só já comprová que a instituição funciona a mais de 01 (um) ano conforme exigência legal.

Ainda, conforme se denota do incluso Estatuto Social se trata de uma sociedade civil sem fins lucrativos com a finalidade especificadas no artigo 2 do incluso Estatuto.

Por fim, se releva o fato da mencionada associação já ter sido declarada de utilidade pública por intermédio de Decreto do Poder Executivo no ano de 1955, porém conforme as alterações legislativas há a necessidade de nova declaração, proposta por intermédio do Poder Legislativo, por Lei específica.

Em relação a documentação exigida pela legislação estadual, para a declaração de utilidade pública da instituição, acosta-se ao presente: (i) Estatuto Social, comprovando que a entidade não tem fins lucrativos (artigo 1º, inciso III¹ da Lei Estadual nº 1688/2011); (ii) declaração,

¹ Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury | Edifício Tancredo Neves | Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): [41] 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Parlamentar DEPUTADO PEDRO LUPION



reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados (art. 1º, inciso IV² da Lei Estadual nº 1688/2011); (iii) certidões negativas; (iv) Demais documentos explicativos em relação às atividades da associação. -

Pelo exposto, requeiro o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.

PEDRO LUPION
Deputado Estadual - PR

III – que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribui lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social;

IV – que acoste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público;

V – que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos;

VI – que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso.

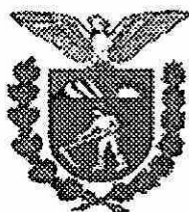
VII – declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais.

§ 1º As entidades de cunho de assistência social, deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal.

² V. nota 1





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 271/2013

Projeto de Lei nº. 271/2013
Autora: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa** com sede e foro no município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa** com sede e foro no município de Curitiba.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

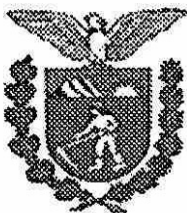
Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade o meio ambiente e a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da pesquisa, da cultural, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de Julho de 2013

Carlo Aurélio
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Dep. Hermo - J.
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. WRI
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/07/13

Dep. WRI

Dep. Aurélio

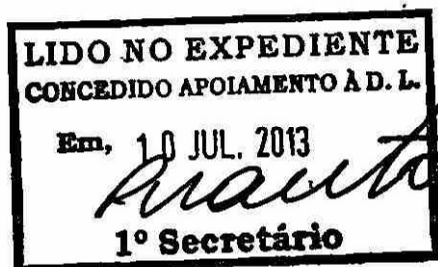
Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Gilberto Martin



PROJETO DE LEI Nº 302/13



SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná, com sede e foro no município de Jacarezinho.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná, com sede e foro no Município de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de julho de 2013.


GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Gilberto Martin



JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná – ACISPAR fundada no ano de 2001[†] tem como proposta principal o fortalecimento dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Estado do Paraná.

Uma das metas da entidade é defender os interesses dos usuários do Sistema Único de Saúde e atender as necessidades da população nas redes de atenção à saúde prioritária.

Para o cumprimento dessas metas e o desenvolvimento integral das ações programadas, a Associação desenvolve a atenção à saúde, em todas as regiões do Paraná e auxilia na demanda dos municípios menores, que em geral, apresentam carências na estrutura de recursos humanos, financeiros e de equipamentos adequados.

Para atingir estes objetivos a Associação tem atuação em regime de íntima e ampla cooperação com entidades afins, bem como órgãos federais, estaduais, municipais e entidades privadas e mistas.

Sendo assim, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a aprovação do Projeto de Utilidade Pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 302/2013

Projeto de Lei nº. 302/2013
Autor: Deputado Gilberto Martin

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ, com sede e foro no Município de Jacarezinho.*

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Gilberto Martin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ- ACISPAR, com sede e foro no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a Assistência Social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

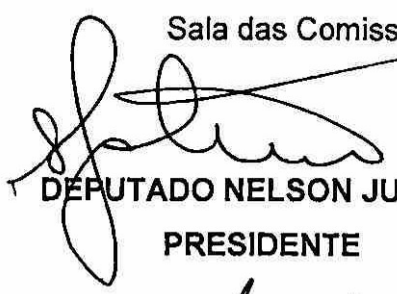
Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.


Sala das Comissões, 27 de agosto em de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

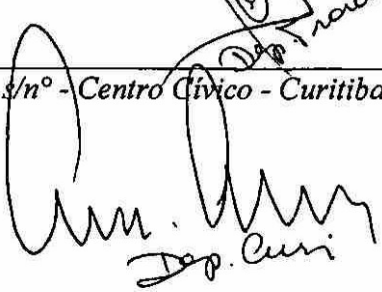

DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR



APROVADO

27/08/13 

Paraná, Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Curia


Dep. Sena



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI

327/13

Súmula: Dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR autorizado a celebrar contrato de concessão de prestação de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Art. 2º A concessão do serviço público de que trata o art. 1º desta Lei será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria, em observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo publicará, previamente, ato que regulamentará a outorga de concessão, especificando seu objeto, extensão física, prazo e diretrizes que deverão ser observadas no edital de licitação e no contrato.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 31 de julho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº73 /2013

Curitiba, em 31 de julho de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 05 AGO. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, _____
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 2º da Lei Federal nº 9.074/95, Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Atualmente os serviços de registros de contratos de financiamento de veículos automotores (SIRCOF) e seus respectivos gravames (SNG) são realizados mediante convênios firmados entre o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR e a Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e de Capitalização – FENASEG.

Insta destacar que a modalidade atualmente utilizada, inclusive por diversos estados da federação, qual seja, convênio, pode vir a dar ensejo a questionamentos perante o Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, visando atender ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil (art. 21 c/c art. 175), no Código Civil (§ 2º, do art. 3º) e na Resolução COTRAN nº 320/09 (§2º do artigo 3º), faz-se necessária esta proposição.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.799.260-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A solução para o Sistema Nacional de Gravame (SNG) depende de posicionamento e orientações do DENATRAN (banco de dados base nacional do RENAVAM), situação que afeta todos os DETRANs do país.

Ainda, o registro de contratos de financiamento é pautado pelo interesse público, pois visa manter atualizadas, nos bancos de dados dos órgãos estaduais de trânsito, todas as informações relativas à propriedade do veículo; sendo tal competência do órgão executivo de trânsito estadual – DETRAN.

Por todo exposto, encaminho a presente proposta que dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/2013

Projeto de Lei nº. 327/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 73/13

Súmula: Dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

EMENTA: DETRAN. SERVIÇO PÚBLICO DE REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. RESOLUÇÃO 320/2009 COTRAN. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 73/13, tem por objetivo dispor sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento, o qual será gerido pelo DETRAN - PR.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

VISTA EM 13/08/13

Dep. Tadeu Jeneri

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Verifica-se que o projeto em análise dispõe sobre a administração do serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, o qual será gerido pelo DETRAN/PR. Nesse sentido, importante a menção de que tal órgão é diretamente vinculado ao Poder Executivo, e, que, portanto, a iniciativa de propor projetos de lei desta natureza é privativa do Governador do Estado, conforme o artigo 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Ademais, o presente projeto de lei visa atender as determinações da Resolução COTRAN nº 320/2009, adequando-se à normativa federal:

Art. 2º Os contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, de arrendamento mercantil, de compra e venda com reserva de domínio ou de penhor celebrados, por instrumento público ou privado, serão registrados no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal em que for registrado e licenciado o veículo.

Art. 3º (...)

§ 2º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão implementar o registro dos contratos no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação desta Resolução, cabendo-lhes a supervisão e o controle de todo o processo de registro dos contratos de forma



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



privativa e intransferível, podendo sua execução ser contratada com terceiros na forma da Lei.

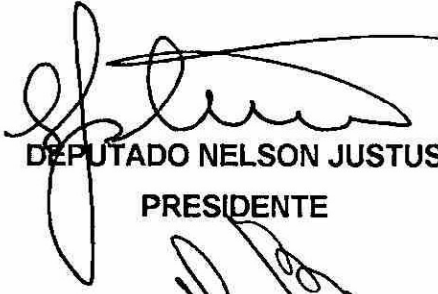
Faz-se imperioso frisar que o serviço público de que trata o projeto pode ter sua prestação inteiramente transferida para particulares pelo instituto da concessão, conforme disposto no art. 175 da Constituição Federal.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



APROVADO


2068/13


Dep. Turiani


Dep. Loupion


Dep. Pastor


Dep. Scavone


Dep. Farias



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 26 AGO, 2013

1º Secretário

REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 327/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 327/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 073/13.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 278/13

Ademar

15115 26/08/2013 007310 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 073/13, que objetiva autorizar o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR a celebrar contrato de concessão de prestação de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob os olhares desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65 e 66 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta objetiva atender ao que preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil (art. 21 c/c art. 175), no Código Civil (§ 2º, do art. 3º) e ainda na Resolução COTRAN nº 320/2009.

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Destaque-se ainda que, a modalidade usada atualmente, por outros estados da federação, pode vir a proporcionar questionamentos junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CONCLUSÃO


Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.


É o parecer.


Sala das Comissões, 28/08/13



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

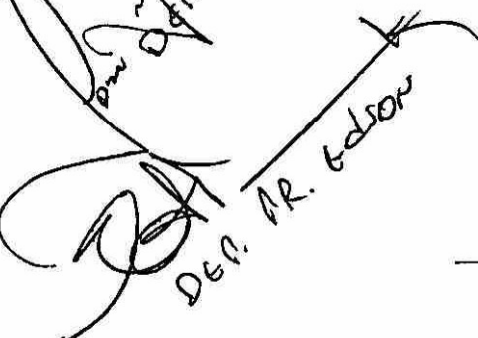

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI
RELATOR


DEP. ROGÉRIO


DEP. DYNER


DEP. ENTIA


DEP. NELSON


DEP. AR. EDSON



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/2013

Projeto de Lei nº 327/2013 – Mensagem 073/2013
Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 327/2013**, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a necessária priorização pela praticidade e o acesso às informações, sugerindo-se uma padronização no processo, para que futuramente não ocorram questionamentos perante o Tribunal de Contas do Estado.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 327/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, buscando cada vez mais a transparência em ações direcionadas ao Estado do Paraná. A ação condiz aos fatos de que atualmente os serviços de registros de contratos de financiamento de veículos automotores (SIRCOF) e seus respectivos gravames (SNG) são realizados mediante convênios firmados entre o departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR e a Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e de Capitalização – FENASEG. Ocorre que esta modalidade não atende os dispositivos encontrados na Constituição da República Federativa do Brasil, no Código Civil e até mesmo nos itens da Resolução 320/09 do COTRAN, a qual estabelece que os procedimentos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



específicos para o registro de contratos de financiamento de veículos devam dar clareza às ações e transparência ao Estado. O mérito volta-se para a importância desta padronização, delimitando a competência máxima ao DETRAN e priorizando o acesso às informações, com um banco de dados mais detalhando e eficaz, eliminando assim qualquer dúvida em relação ao interesse público já existente.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Vale a pena citar o trabalho relativo da União e os Estados para manter a ordem, o avanço e transparência nas ações, conforme cita o Artigo 175 da Constituição Federal em que além das obrigações normativas para a prestação de serviços públicos, é necessária uma preocupação direta com o direito dos usuários, se houver interesse público é sem sombra de dúvida prioridade executar uma ação.

Art. 175. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários; (...)

(Artigo 175º - Título VII Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo I Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Constituição da República Federativa do Brasil)

Lembrando que esta proposição em seu mérito já recebeu manifestação favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, vindo de encontro a grandes benefícios trazidos para a população.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente o direito dos usuários, a transparência pelas informações e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição ao vir de encontro ao interesse público e ao acesso de informações precisas, encontra fortes respaldos em seu mérito para ser apoiado por esta comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que referida proposição só trará benefícios a todos e merece indiscutivelmente total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 327/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 02 de setembro de 2013.

Teruo Kato
Elton Welter
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Jonas Guimarães
TERCÍLIO TURINI
Relator
Pastor Edson Praczyk
Adelino Ribeiro

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação – Contato Ramal 4364
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Praça Nossa Senhora da Salette S/N – 5º Andar